



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS – FAFIC
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA – DFI

LUCAS HENRIQUE BESERRA SOUZA

A POLÍTICA EM ARISTÓTELES

MOSSORÓ
2021

LUCAS HENRIQUE BESERRA SOUZA

A POLÍTICA EM ARISTÓTELES

Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte como um dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Filosofia.

Orientador(a): Profa. Dra. Silvana Maria Santiago

MOSSORÓ

2021

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

S729p	<p>Souza, Lucas Henrique Beserra A Política em Aristóteles. / Lucas Henrique Beserra Souza. - Mossoró/RN, 2021. 33p.</p> <p>Orientador(a): Profa. Dra. Silvana Maria Santiago. Monografia (Graduação em Filosofia). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.</p> <p>1. Aristóteles. 2. Política. 3. Felicidade. I. Santiago, Silvana Maria. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.</p>
-------	---

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.


POLÍTICA EM ARISTÓTELES

Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte como um dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Filosofia.

Aprovada em: 17/06/2021

Conceito final: Aprovado

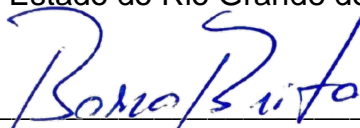
Banca examinadora



Profa. Dra. Silvana Maria Santiago (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN



Profa. Dra. Maria Vera Lucia Pessoa Porto – (Examinadora I)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN



Prof. Dr. João Bosco Brito do Nascimento – (Examinador II)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

A Deus, que me concede a graça da vida.
A minha família, pelo apoio e colaboração
de sempre, base em que me apoio e posso
confiar.

A todas as pessoas de boa vontade, que
contribuem, direta e indiretamente, para o
meu crescimento humano e intelectual.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e, também, pelas inúmeras graças a mim concedidas, sobretudo a saúde e a perseverança nos momentos de dificuldades.

Agradeço a minha família, de maneira especial aos meus pais, por acreditarem em mim e não medirem esforços e dedicação para me fazer chegar até aqui. Gratidão ao Seminário Santa Teresinha: por todo apoio e colaboração na minha formação humana e intelectual, desde os formadores: Pe. Crisanto Borges, Pe. Waulson e o Diácono Isaias; aos seminaristas Marcos Bruno, Miqueias Ícaro e Pedro Vítor, no nome destes, estendo meu muito obrigado a todos os irmãos seminaristas.

Sou grato à professora doutora Silvana Maria Santiago pela confiança na minha proposta de pesquisa, por todo apoio, motivação e disponibilidade para os encontros de orientações. Na pessoa de minha orientadora, estendo um abraço afetuoso de gratidão a todos os professores e técnicos do Departamento de Filosofia – DFI, e ainda, na pessoa da Professora Ana Carla Azevedo a minha gratidão aos professores dos demais departamentos que colaboraram com a minha formação. Na pessoa de Rejane dos Anjos, agradeço aos colegas de turma a quem desejo sucesso.

Em nome das professoras Nilda Nunes e Majela Regina, um obrigado a todos os meus professores do ensino fundamental e do ensino médio, cursados na Escola Municipal Santa Filomena, Escola Estadual Zenon de Souza e Escola Estadual 11 de Agosto, em Umarizal/RN. Por fim, agradeço à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN pela acolhida e, principalmente, pela oportunidade de me proporcionar adquirir novos conhecimentos.

*“Não sei se a vida é curta ou longa para nós,
mas sei que nada do que vivemos tem sentido,
se não tocarmos o coração das pessoas.”*

(CORA CORALINA)

RESUMO

Para compreender de política a partir de Aristóteles, faz-se necessário voltar ao seu contexto histórico e social, assim é possível compreender o lugar no qual o filósofo estava inserido. A partir desse horizonte de sentido, é possível entender o seu pensamento em relação à política, esta, que aparece como um desmembramento natural da ética. Sua principal função está voltada para a organização e para a administração da cidade. O pensador apresenta o homem como um animal político, ou seja, que se realiza plenamente quando estar inserido na comunidade, nesta ele desenvolve suas potencialidades enquanto indivíduo, mas não basta a si próprio no que diz respeito a produção uma vez que é na comunidade, com os outros homens, que isso é possível. Dado que há um reconhecimento mútuo entre os homens, isso eles chamaram de política. É por meio dela que é possível a garantia desse direito, ou seja, de serem ouvidos, de que suas opiniões sejam levadas em conta. Sabe-se que o homem é o único ser capaz de discernir entre o bem e o mal, o único que tem o dom da oratória. Desse modo, em comunidade, o homem decide aquilo que é bom não só para si ou para os seus, mas também para a coletividade. Este trabalho busca apresentar a política de Aristóteles como uma forma de garantir a felicidade dos homens em um governo bom e justo. Ressalta-se, ainda, nesta pesquisa como se desenvolveram as cidades e a teoria das formas de governo. As cidades surgem a partir das famílias que evoluem para comunidades e têm o seu fim último na cidade. Conseqüentemente, a política tem um papel fundamental de garantir, por meio de um bom governo, a justiça e o bem comunitário. Aristóteles apresenta as boas formas de governo, que são: a monarquia, exercida quando um só tem o poder; a oligarquia, quando o poder é de um pequeno grupo e a democracia, quando todos têm o poder. Todavia, o pensador anuncia também suas degenerações: tirania, oligarquia e democracia. Para ele, essas são consideradas más por governar em favor dos interesses pessoais ou do próprio grupo. Espera-se, então, que esse estudo sobre a política de Aristóteles traga luz a esse momento tão tenebroso que a sociedade brasileira estar vivendo, visto que os interesses de um pequeno grupo provocaram diretamente a morte de mais de 400 mil pessoas. Em virtude disso, pode-se afirmar a atualidade do pensamento de Aristóteles. Portanto, vale muito a pena retornar, mais um a vez, à filosofia desse pensador, que continua proporcionando grandes contribuições à humanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Aristóteles. Política. Felicidade.

ABSTRACT

To understand politics from Aristotle, it is necessary to go back to its historical and social context, so it is possible to understand the place in which the philosopher was inserted. From this horizon of meaning, it is possible to understand his thought in relation to politics, the latter, which appears as a natural dismemberment of ethics. Its main function is focused on the organization and administration of the city. The thinker presents man as a political animal, that is, he fully realizes himself when he is part of the community, in which he develops his potential as an individual, but it is not enough for himself with regard to production since it is in the community, with other men, that this is possible. Since there is mutual recognition between men, this they called politics. It is through it that it is possible to guarantee this right, that is, to be heard, to have their opinions taken into account. It is known that man is the only being able to discern between good and evil, the only one who has the gift of oratory. In this way, in community, man decides what is good not only for himself or his own, but also for the community. This work seeks to present Aristotle's policy as a way to guarantee the happiness of men in a good and just government. It is also highlighted in this research how cities and the theory of forms of government developed. Cities arise from families that evolve into communities and have their ultimate end in the city. Consequently, politics has a fundamental role in guaranteeing, through good government, justice and the good of the community. Aristotle presents the good forms of government, which are: monarchy, exercised when only one person has power; oligarchy, when power belongs to a small group, and democracy, when everyone has power. However, the thinker also announces its degenerations: tyranny, oligarchy and democracy. For him, these are considered bad for governing in favor of personal interests or the group itself. It is hoped, then, that this study on Aristotle's politics sheds light on this very dark moment that Brazilian society is living, since the interests of a small group directly caused the death of more than 400 thousand people. As a result, one can affirm the relevance of Aristotle's thought. Therefore, it is very worthwhile to return, once again, to the philosophy of this thinker, who continues to make great contributions to humanity.

KEYWORDS: Aristotle. Politics. Happiness

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A FELICIDADE POR MEIO DA POLÍTICA	13
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS DA VIDA DO FILÓSOFO.	13
2.2 A POLÍTICA	14
2.3 O HOMEM COMO ANIMAL POLÍTICO: O HOMEM NA PÓLIS, A PÓLIS NO HOMEM	16
3 O GOVERNO	22
3.1 A FORMAÇÃO DAS CIDADES	22
3.2 A TEORIA DAS FORMAS DE GOVERNO	26
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

O tema proposto neste trabalho é a política de Aristóteles. Esse assunto tem gerado, desde sempre, muitas polêmicas desde a antiguidade até os dias atuais. Sabemos a importância que a política tem para o crescimento de nossas cidades, assim como para o melhoramento de serviços públicos, que beneficiam, de forma direta, os indivíduos quando bem atendidos por tudo que lhes cerca.

A problemática principal que nos detemos é apresentada aqui, para entendermos a política como uma busca, uma resposta através do pensamento aristotélico. Nessa perspectiva, o pensador nos mostra o homem como animal político; apresenta como se dá a formação das cidades e também apresenta uma teoria para as formas de governo, de como a política pode colaborar para felicidade coletiva. Noutra dizer, isso significa afirmarmos o modo como a política, ou o modo de fazer política vai dar uma qualidade de vida melhor ao indivíduo dentro da sociedade. Sabemos que nos dias atuais o indivíduo está preocupado com o seu bem próprio, com sua felicidade. Desse modo, visamos mostrar nesta pesquisa uma forma em que essa busca pela felicidade passe do individual para coletivo e como condição política, do coletivo para a satisfação individual. Trata-se de uma *dynamis*.

A partir de Aristóteles com base em sua obra: *A Política*, veremos qual é a ideia de política para o pensador. Seguiremos os passos do autor que parte do pressuposto de que a ética busca a felicidade individual do homem e que a política busca a felicidade coletiva da *pólis*. Com base nessa problemática, surge a seguinte questão de pesquisa: Se a ética está preocupada com a felicidade individual do homem, a política se preocupa com a felicidade coletiva da *pólis*. Desse modo, devemos constatar que o homem tem por fim a felicidade, essa seria a plenitude da sua existência. Aristóteles acredita, então, que o homem só é ele mesmo numa sociedade, ou para sermos mais claros, quando esse está envolvido, comprometido com a cidade a qual pertence. Com base nessa ideia, perguntamo-nos: qual é a tarefa da política para assegurar a felicidade coletiva?

Assim, a questão premente de nossa pesquisa visa compreender quais são os desafios da política para assegurar a felicidade coletiva da *pólis*, tendo em vista que ela é formada por homens que têm como meta principal a sua própria felicidade. Isso nos remete que, para o filósofo tanto o individual como o coletivo não podem se

dissociar. Daí para o pensador, o indivíduo não pode está separado do coletivo e vice e versa.

A nossa proposta de investigação tem como objetivo compreender qual é a tarefa da política, e por quais meios essa pode assegurar a felicidade individual e coletiva dos homens. Para isso, desejamos compreender o que o autor entende por política. Com efeito, devemos analisar como surge o ensejo pela política, e como essa pode promover a felicidade dos indivíduos. Para tanto, faz-se necessário examinarmos, também, as formas de governo e como elas podem promover ou não a paz, a felicidade e a harmonia entre os homens.

A obra base de investigação da nossa pesquisa foi a *Política*, de Aristóteles. Essa traz a concepção do pensador acerca da formação das cidades (*pólis*). Também nos apresenta o homem como sendo animal político, além de evidenciar as formas de governo. Utilizamos ainda como obras auxiliares os livros: *História da Filosofia Antiga de Reale*; *Ética a Nicômaco de Aristóteles*; *Princípios* – revista de filosofia da UFRN, assim como outros artigos sobre o tema. Usamos como metodologia a leitura e o estudo dos textos. Elaboramos resenhas e fichamentos desses materiais, assim como examinamos documentos sobre o estudo em questão. Também demos especial atenção aos documentários, às entrevistas e aos filmes que assistimos, além de outras consultas de cunho bibliográficas.

É importante frisar que este trabalho está dividido em dois capítulos que os desenvolvemos em três o primeiro capítulo e, em duas sessões, o segundo capítulo nos quais visamos esclarecer qual a noção de Aristóteles a respeito da política.

No primeiro capítulo, o nosso foco principal foi compreender como Aristóteles pensa a ideia de política e sua importância para os homens. Então, para isso, tentamos mapear os principais pontos sobre a questão. Nesse capítulo, dividimos em subtópicos. Começamos abordando os aspectos históricos, políticos e sociais da vida do filósofo. Desde o seu nascimento, o convite que recebeu de Felipe II da Macedônia para fazer parte da educação de seu filho, Alexandre e o seu retorno para Atenas, onde fundou o “Liceu”. Em seguida, no segundo tópico, apresentamos a política a partir da visão aristotélica, sendo esta a ciência mais importante para a organização das cidades. Encerramos o capítulo apresentando o homem como um animal político, isso significa que a felicidade e a plena realização do homem se concretizam na cidade.

No segundo capítulo, tivemos como principal objetivo apresentar como se dá a formação das cidades, uma vez que estas se iniciam com a família, evoluem para as vilas e têm como fim a formação das cidades, que tendem a uma organização política para que a justiça seja assegurada. Em outro momento do texto, fizemos uma breve análise de como se manifesta as formas de governo. As formas boas e suas degenerações. Apresentamos o porquê são consideradas boas ou ruins e concluímos o que na visão do filósofo seria um estado ideal.

2 FELICIDADE POR MEIO DA POLÍTICA

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS DA VIDA DO FILÓSOFO

Aristóteles nasceu no ano 384/383 a. C. em Estagira, fronteira com a Macedônia, filho de Nicômaco, um médico que serviu ao rei Amintas, da Macedônia. Ao ficar órfão, viajou para Atenas, onde ingressou na academia platônica. Enquanto Platão viveu, Aristóteles permaneceu em sua escola, esse período foi marcado pelo seu amadurecimento e pela vocação à filosofia. Após a morte de Platão, Aristóteles deixou a academia e foi embora para Ásia Menor, onde estabeleceu-se em Axo e depois em Mitilene, no ano de 343/342 a. C.

Aristóteles foi convidado por Felipe II da Macedônia para sua corte, momento em que confiou à educação de seu filho Alexandre, aquele que tinha treze anos e deveria revolucionar a história grega. Não se sabe muito bem sobre a relação entre o maior filósofo e o maior político daquela época. Mesmo compartilhando a ideia de unir, sob o comando macedônico nas as cidades gregas, o filósofo não compreendia a ideia de helenizar os bárbaros e deixá-los no mesmo patamar que os gregos.

Em 335/334 a. C., Aristóteles retorna para Atenas, na oportunidade alugou alguns prédios que se localizavam nas proximidades de um templo dedicado a Apolo Lício, e ali fundou a sua escola, o "Liceu"¹. O filósofo ministrava seus ensinamentos caminhando entre os jardins anexos aos prédios onde funcionava sua escola, que recebeu o nome de *Perípatos*. Os seguidores de Aristóteles foram chamados de "peripatéticos". Reale afirma: "foram esses os anos mais fecundos na produção de Aristóteles, o período que viu o acabamento e a grande sistematização dos tratados filosóficos e científicos que chegaram até nós." (2007, p. 189).

Conforme afirma Reale, o pensador dividiu seus escritos em dois grupos, a saber: exotéricos, escritos em forma de diálogo e destinado a um grande número de pessoas, ou seja, até mesmo as pessoas fora da escola; e os esotéricos, que, ao contrário do primeiro, constituíam a base de suas atividades didáticas, sendo esses

¹ "Esse foi o nome dado à escola de Aristóteles, ou Perípatos, devido ao território em que estava situada, consagrado a Apolo Lício. Depois da morte de Aristóteles, a escola foi dirigida por Teofrasto de Êreso, até a morte deste (288 ou 286 a.C), que a orientou principalmente para a organização do trabalho científico e para as investigações pessoais. Teofrasto foi sucedido por Estráton de Lámpsaco, que a dirigiu por 18 anos; a seguir, a escola continuou seu trabalho através de numerosos outros representantes dos quais nos chegaram poucas notícias e fragmentos." (ABBAGNANO, 2007, p. 614)

destinados apenas aos seus discípulos, isto é, patrimônio “privado” da escola. (2007, p.189).

2.2 A POLÍTICA

Na Filosofia de Aristóteles, a política é um desmembramento natural da ética. As duas, na verdade, formam uma totalidade, a qual Aristóteles chamava de filosofia prática. Enquanto a ética visa a felicidade individual do homem, a política se preocupa com a felicidade coletiva da pólis. Trata-se de uma *dynamis*. Desse modo, cabe à política investigar e descobrir quais formas de governo podem ser adotadas e quais têm a capacidade de assegurar a felicidade coletiva.

Aristóteles apresenta a política como sendo a ciência mais importante para organização das cidades. A política é como um eixo que liga todas as outras ciências responsáveis pelo bom funcionamento da cidade. A finalidade da política é a busca incessante da melhor forma de governo, a fim de que o governo possa garantir dentro do estado/cidade a felicidade de todos os indivíduos.

O filósofo afirma claramente que a sociedade se constrói visando o bem e que tudo vai girar em torno desse bem, daí todos os indivíduos voltam as suas atitudes para promover, no meio em que convivem, o que entendem por bem. Dessa forma, o pensador preconiza que:

Cada Estado é uma comunidade estabelecida com alguma boa finalidade, uma vez que todos sempre agem de modo a obter o que acham bom. Mas, se todas as comunidades almejam o bem, o Estado ou comunidade política, que é a forma mais elevada de comunidade e engloba tudo o mais, objetiva o bem nas maiores proporções e excelência possíveis (ARISTÓTELES, 1999, p143)².

Desse modo, todas as comunidades que formam o Estado estão entrelaçadas por algo bom que visa uma finalidade, que é a felicidade coletiva. O indivíduo sente a necessidade de viver em sociedade para garantir uma vida melhor.

O filósofo apresenta como se formam as cidades, sendo essa uma espécie de comunidade que cresce a partir de um conjunto de pessoas que se reúnem em busca de um único objetivo. A vida na cidade não se resume na união dos indivíduos para

² Aristóteles em Política, I, 1, 1 – 7.

buscar interesses humanos, mas principalmente para formar uma estrutura social que garanta direitos. Nesse sentido, não há espaço para a violência.

A primeira comunidade é a família. Como veremos posteriormente, a comunidade familiar se dá através do desejo de perpetuação e verificação complementar mútua entre seus membros. Devendo, pois, haver união entre elementos insubstituíveis, como, por exemplo, homem e mulher, uma vez que a espécie precisa continuar. Sendo essa uma união pelo desejo implantado pela natureza, confirmamos que a humanidade possui o impulso natural para sua propagação.

Assim, a reunião de dezenas de famílias forma pequenos povoados e a reunião desses povoados constitui as cidades. O indivíduo é um animal social, isso está ligado à sociedade que cresce a partir da natureza humana que está em constante busca pela sobrevivência.

Inicialmente, o Estado auxilia na satisfação das necessidades materiais, sejam elas negativas ou positivas, de defesa, de segurança ou de conservação. Porém, a essência do estado é espiritual, devendo propagar a virtude e em consequência disso a felicidade.

As formas e constituições do Estado podem ser diferentes. A estrutura da constituição que é a responsável por dar as ordens e estabelecer o funcionamento de todos os cargos. Aristóteles apresenta a teoria da forma de governo, o poder soberano pode ser exercido por uma só pessoa, por poucas pessoas e por muitas pessoas. O poder deve se dar em vista do bem comum e tem como critérios avaliativos as constituições retas. Quando o poder é exercido com base nos interesses pessoais do governante, acontecem desvios, a isso é nominada de constituições corrompidas.

Os critérios apresentados pelo filósofo para avaliar as formas de governo são: “quem governa” e “como governa”. Apresentaremos, de forma resumida neste primeiro capítulo, as formas boas e más de governo. Já no segundo capítulo, apresentaremos um estudo mais amplo sobre as mesmas.

As formas boas são, a saber: monarquia, uma única pessoa governa em busca do bem para todos e não só para um; aristocracia, um grupo de pessoas faz um governo para todos e não para um único grupo; a *politeia* ou a democracia positiva: governo formado por todos e para todos.

As formas más são: tirania, governo formado por uma pessoa e que governa para si mesmo; oligarquia, governo formado por poucas pessoas, sendo esses ricos

e que governam para o seu próprio grupo e a democracia que é considerada governo de “todos”, mas que governa para uma classe específica.

O filósofo compreende a “democracia” como um governo que não visa o cuidado para com o bem comum, mas que favorece os interesses do povo pobre, entendendo assim a “democracia” como uma “demagogia”. Um governo demagógico é um governo que considera a todos com uma liberdade igualitária, e sendo iguais na liberdade, devem ser iguais em todo o resto.

Assim, na concepção de Reale, depois de afirmar as duas primeiras formas como sendo boas, Aristóteles considera de modo concreto e realista, levando em consideração que os homens são como são, que a melhor forma de governo é a *politía*, pois é uma constituição que considera o seguimento médio. Ele afirma: “a *politía* é praticamente o caminho intermediário entre a oligarquia e a democracia ou, se assim preferir, uma democracia temperada pela oligarquia, assumindo-lhe os métodos e evitando-lhe os defeitos” (REALE, 2007, p. 223).

Aristóteles reconhece, então, que a melhor forma de governo deve ser concreta³ e não abstrata⁴. Devendo ser comparada às situações históricas e circunstâncias de um determinado povo. Desse modo, o que torna-se condição indispensável para uma boa constituição é a atividade estatal, essa deve promover o bem comum e não permitir vantagem para aqueles que governam.

2.3 O HOMEM COMO ANIMAL POLÍTICO: O HOMEM NA PÓLIS, A PÓLIS NO HOMEM

Diferente de tantos outros filósofos, quem podemos citar como exemplo? Platão. Esse, todavia, sempre esteve mais preocupado com a formação do filósofo como governante. A filosofia aristotélica foi totalmente voltada para a prática, pois apresentou o Estado como aquele que tem como finalidade proporcionar a felicidade da Pólis. Assim, a política tem por objetivo a felicidade. Partindo desse contexto de discussão, Reale (2007, p. 218) assevera que:

³ “O contrário de abstrato (v.). Os filósofos designam habitualmente com o termo elogioso de C. aquilo que se insere em seu critério de realidade. Por isso, nem sempre o C. é o individual, o singular, a coisa ou o ser existente, como se poderia crer e como talvez indique o uso comum do termo.” (ABBAGNANO, 2007, p.170).

⁴ “[...]o abstrato é o indivíduo, o objeto singular, [...]”O abstrato é o finito, o C. é a Verdade, o Objeto infinito” (ABBAGNANO, 2007, p.170).

Todas as ações humanas tendem a “fins” que são “bens”. O conjunto das ações humanas e o conjunto dos fins particulares para os quais elas tendem subordinam-se a um “fim último”, que é o “bem supremo”, que todos os homens concordam em chamar de “felicidade”.

O que seria então a felicidade? Prazer e gozo? Para a maioria, sim. Contudo, uma vida que se consome com o prazer se “assemelha aos escravos” e é “digna dos animais”. Seria então a honra? Para alguns, sim. A honra é convencional, na maioria das vezes depende de quem a confere. Mais vale o motivo pelo qual se recebe as honrarias do que a honra em si. Outros dizem que a felicidade está no juntar riquezas. Esta seria a mais absurda das vidas, segundo Aristóteles. A riqueza é como uma ponte que liga para outras coisas, esta não vale como fim. O filósofo a intitula de vida “contra a natureza”. A felicidade não deve ser confundida com riquezas, prazeres e honras, mas depende desses para sua plena realização. A felicidade, portanto, “consiste em aperfeiçoar-se enquanto homem, ou seja, naquela atividade que diferencia o homem de todas as outras coisas” (REALE, 2007, p. 218).

Podemos afirmar que o homem é dotado de razão, mas não é apenas de razão. Na alma há algo que é contrário à razão, algo que se opõe e resiste, porém, participa da razão. Aquilo que é vegetativo não tem participação na razão, de modo que a atividade do desejo e, a do apetite participa de algum modo da mesma quando a escuta e obedece. O domínio dessa parte da alma se dá pela “virtude ética”, isto é, do comportamento prático. Tal virtude⁵ é adquirida por meio de uma série de repetições de atos sucessivos, ou seja, do hábito.

As virtudes éticas são tidas como “meio justo” ou “meio-termo entre os extremos”. O meio-termo não é algo medíocre, é um valor. A sabedoria grega, que encontra expressão nos gnômicos⁶, identifica no meio termo a regra suprema do agir.

⁵ “[...] A concepção da V. como hábito (v.) ou disposição racional constante encontra-se em Aristóteles e nos estóicos, sendo a mais difundida na ética clássica. Segundo Aristóteles, a V. é o hábito que torna o homem bom e lhe permite cumprir bem a sua tarefa (Et. nic, II, 6, 1106 a 22); é um hábito racional (Ibid., II, 2, 1103 b 32) e, como todos os hábitos, uniforme ou constante. Os estóicos, por sua vez, definiam a V. como “uma disposição da alma coerente e concorde, que torna dignos de louvor aqueles em quem se encontra e é louvável por si mesma, independentemente de sua utilidade” (Cíc.KRO, Tusc, IV, 15, 34; STOBKO, Ed, II, 7, 60). Essas definições foram repetidas inúmeras vezes na filosofia antiga e medieval e também no pensamento moderno. Encontram-se, p. ex., em Abelardo (Theol. christ., II), Alberto Magno (S. Th., II, q. 102, a. 3), S. Tomás (S. Th., II, I, q. 55), Leibniz (que faz a distinção entre V. como hábitos, e as ações correspondentes, Nouv. ess., II, 28, 7) e Wolff (Phil. practica, I, § 321). ” (ABBAGNANO, 2007, p.1003).

⁶ Quem se expressa por meio de breves sentenças morais, como fizeram os Sete Sábios, que, por isso, foram chamados de Gnômicos (ABBAGNANO, 2007, p.485).

Em meio às virtudes éticas, está destacada a justiça, que é a “justa medida”, segundo esta é feita a distribuição dos bens, vantagens e ganhos.

A perfeição da alma racional é chamada pelo filósofo de virtude “*dianética*”. Assim como a alma tem dois aspectos; um voltado para as coisas mutáveis da vida e o outro para as realidades imutáveis. Desse modo, também são duas as virtudes *dianéticas*, são elas: a sabedoria⁷ (*phrónesis*) e a sapiência (*sophia*). A sabedoria baseia-se em coordenar bem a vida do homem, ou seja, deliberar corretamente aquilo que é bem ou mal para o homem. A sapiência é o conhecimento daquilo que está acima do homem, isto é, a ciência teórica, a metafísica.

Sobre a relação do homem com a natureza a esse respeito, podemos afirmar que a existência do homem torna-se impossível sem que esse esteja inserido dentro da cidade. Surge a expressão do pensador de que o homem é um “animal político”. Vejamos como o pensador afirma:

Por conseguinte, é evidente que o Estado é uma criação da natureza e que o homem é, por natureza, um animal político. E aquele que por natureza, e não por mero acidente, não tem cidade, nem Estado, ou é muito mau ou muito bom, ou sub-humano ou super-humano – sub-humano como o guerreiro insano condenado, nas palavras de Homero, como “alguém sem família, sem lei, sem lar” porque uma pessoa assim, por natureza amante da guerra, é um não colaborador, como uma peça isolada num jogo de damas (ARISTÓTELES, 1999, p. 146)⁸.

Ninguém pode se isolar da sociedade por completo, todo ser humano está ligado a um grupo social. Para o filósofo, a cidade é uma reunião de comunidades, ou seja, a reunião de um conjunto de pessoas que tem como objetivo único o bem comum. Dessa forma, é possível alcançar o bem principal. Porém, o pensador não

⁷ “Em geral, a disciplina racional das atividades humanas: comportamento racional em todos os domínios ou virtude de determinar o que é bom e o que é mau para o homem [...] Não é o conhecimento de coisas elevadas e sublimes, afastadas da humanidade comum, o que é expresso por sapientia, mas o conhecimento das atividades humanas e da melhor maneira de conduzi-las [...] Aristóteles, encontra-se uma distinção nítida entre dois tipos de sabedoria, que não se encontra em Platão. Este chama de sofia (σοφία) a ciência que preside à ação virtuosa (Utop., IV, 443 e: cf. 428 b), que corresponde à prudentia. Diz que ela é “a mais elevada e, sem a menor dúvida, a mais bela, pois trata da organização política e doméstica, à qual se dá o nome de prudência e justiça” (ORanq., 209 a) [...]. Desse ponto de vista, ela é definida como “hábito prático e racional que diz respeito ao que é bom ou mau para o homem” (Et. nic., VI, 5, 1140 b 4). Mas “o homem não é o melhor ser do mundo” (Ubid., VI, 7, 1141 a 21); é um ser mutável, e a S. que lhe diz respeito é também mutável, ao passo que a verdadeira sabedoria é sempre a mesma (Jbid., 1141 a 20 ss.). Portanto, Aristóteles põe esse tipo de sabedoria acima de tudo. Sendo seu objeto aquilo que não pode mudar nem ser diferente do que é: o necessário (ABBAGNANO, 2007, p.863).

⁸ Aristóteles em Política, I, 9, 1 – 10.

considera todos os que vivem em uma cidade como cidadãos, mesmo porque sem estes a cidade não existiria. Na concepção de Aristóteles, para ser cidadão faz-se necessária a participação direta na administração pública, isto é, está inserido nas assembleias responsáveis por legislar e governar a cidade com justa administração.

Logo, o homem que vive em comunidade é o mais perfeito dos seres, porém, se sobrevive fora da comunidade, este se torna a pior das bestas, pois usara de suas paixões para satisfazer sua sexualidade e suas necessidades alimentares. Somente a vida em comunidade pode tornar o homem bom e justo. Como anuncia o pensador que:

A família é a associação estabelecida por natureza para suprir as necessidades diárias dos homens, e seus membros são chamados, por Charondas, “companheiros do pão”; já Epimêndes, o Cretense, denomina-os “companheiros de comer”. Mas, quando várias famílias estão unidas em certo número de casas, e essa associação aspira a algo mais do que suprir as necessidades cotidianas, constitui-se a primeira sociedade, a aldeia (ARISTÓTELES, 1999, p. 145)⁹.

A família é por excelência a primeira comunidade do homem, onde ele nasce, cresce e aprende junto a seus pais a lutar em busca de realizar suas próprias necessidades. Esse modelo de comunidade é temporário, pois todo homem constrói a sua própria família¹⁰.

Pensemos em várias comunidades familiares reunidas no mesmo espaço territorial, mesmo que cada uma tenha a sua própria casa começam a formar uma aldeia e formando uma aldeia reúnem-se em busca de algo que possa suprir a necessidade, não só de sua própria comunidade familiar, mas também da aldeia como um todo. Acontece a expansão da comunidade, o indivíduo começa a interagir não só com os companheiros para comer, mas com a comunidade como um todo.

É característica do ser humano o dom da palavra. O homem é o único animal que pode fazer o uso dela. Independente de outros animais que possam emitirem uma serie de sons, o homem é o único que pode, através de sua voz, expressar seus sentimentos, desejos, alegrias e tristezas. Logo, o homem é o único que pode falar a respeito do que pensa ser ou não conveniente. Nas palavras do filósofo: “Essa é uma

⁹ Aristóteles em Política, I, 7, 1 – 8.

¹⁰ Quando citado “companheiros do pão” ou “companheiros de comer” lembramos as famílias da antiguidade que se reuniam para fazer as suas refeições, diferentemente de nossa atualidade, onde cada membro da família se organiza para as refeições de acordo com a disponibilidade de tempo, sem mais reunir-se para comer juntos.

característica do ser humano, o único a ter noção do bem e do mal, da justiça e da injustiça. E é a associação de seres que têm uma opinião comum acerca desses assuntos que faz uma família ou uma cidade” (ARISTÓTELES, 1999, p. 146)¹¹.

O homem é o único ser capaz discernir o que é bem¹² e do que é mau¹³, é o único que sabe quando pode estar sendo justo ou injusto. Ao contrário de qualquer outro animal (irracional) que não sabe distinguir essas características ao praticar uma ação, o homem pode usar da ética para praticar ações boas ou ruins, justas ou injustas e é partir dessas ações e dos indivíduos que estão em comunhão com determinadas ações que constitui uma comunidade familiar, em seguida, considerando a reunião de várias famílias, as aldeias; e a reunião de várias aldeias, as cidades.

Depois de observar que o Estado é formado por um grupo de famílias e antes de falar propriamente do Estado, é importante observar como se dá a administração das famílias. A administração das famílias é feita por membros da mesma. Dessa forma, faz-se necessário lembrar que uma família completa é composta por escravos e homens livres.

De modo que toda comunidade se forma a partir de uma organização, onde a felicidade é a principal finalidade. É natural a união entre os indivíduos para a construção de uma comunidade política levando em consideração que a garantia da felicidade ocorre através da família e do governo, pois sem esses torna-se impossível. Portanto, é necessário que haja um apoio mútuo para garantir a felicidade coletiva. O filósofo ainda apresenta, com clareza, a diferença entre senhores e escravos, sendo as cidades divididas em classes superiores e inferiores.

A classe superior é formada por homens livres e virtuosos, enquanto a inferior é formada por escravos. Enquanto o homem livre e virtuoso pode participar ativamente

¹¹ Aristóteles em Política, I, 9, 19 – 23.

¹² “Em geral, tudo o que possui valor, preço, dignidade, a qualquer título. Na verdade, B. é a palavra tradicional para indicar o que, na linguagem moderna, se chama valor (v.). Um B. é um livro, um cavalo, um alimento, qualquer coisa que se possa vender ou comprar; um B. também é beleza, dignidade ou virtude humana, bem como uma ação virtuosa, um comportamento aprovável. Em correspondência com essa extrema variedade de significados, o adjetivo bom tem uma idêntica variedade de aplicações. Podemos falar de "uma boa chave de fenda" ou de "um bom automóvel" como também de "uma boa ação" ou de "uma pessoa boa". Dizemos também "um bom prato", para indicar algo que corresponde ao nosso paladar, ou "um bom quadro", para indicar um quadro bem-feito” (ABBAGNANO, 2007, p. 107).

¹³ “Este termo tem uma variedade de significados tão extensa quanto a do termo bem (v.), do qual é correlativo. Do ponto de vista filosófico, entretanto, é possível resumir essa variedade em duas interpretações fundamentais dadas a essa noção ao longo da história da filosofia: 1- noção metafísica do M. segundo a qual este é a) o não-ser, ou b) uma dualidade no ser; 2- noção subjetivista, segundo a qual o M. é o objeto de aptidão negativa ou de um juízo negativo” (ABBAGNANO, 2007, p. 638).

das atividades públicas, o escravo é privado de exercer sua cidadania. O escravo era tratado como um instrumento que estabelece de modo antecipado outros instrumentos, tendo como fim o seu serviço para produção de objetos, além dos seus serviços.

Para examinar a família, é preciso observar as possíveis partes dela, que são os senhores e escravos, o marido e a esposa, o pai e os filhos. Por isso, é importante examinar cada uma dessas relações. Também é importante lembrar de um outro elemento: a arte de enriquecer. Essa arte é comparada com a arte de administrar, que, por muitos, é considerada a mais importante. Na relação entre senhor e escravo supõe-se que o senhor tenha um determinado grau de conhecimento, conhecimento esse que é usado para administrar a família, o Estado ou o reino. Desse modo, analisa o autor: “A preponderância do senhor sobre os escravos é contrária a natureza e que a diferença entre escravo e homem livre existe apenas por convenção, não é natural e que essa forma de domínio, por basear-se na força, é errada” (ARISTÓTELES, 1999, p. 148)¹⁴.

É evidente a diferença entre o poder político dos senhores com relação à situação de submissão dos escravos. As formas de poder usadas sobre esses são diferentes, o homem livre tem um poder diferente do servo, o poder do homem na família é monárquico, pois cada família tem sua própria autoridade. O poder que um governo emprega sobre um Estado é aplicado sobre homens livres e iguais. Nenhum homem é considerado virtuoso pelos seus conhecimentos, mas sim por aquilo que ele é – um senhor. Assim pensa o filósofo:

Quanto ao conhecimento do senhor, podemos dizer que consiste em saber como usar os escravos; por que um senhor o é não por adquiri-los, mas por utilizá-los. O uso dos servos, porém, não é uma forma de conhecimento de grande importância ou dignidade, pois constitui-se em saber como leva-los a executar as tarefas que eles devem fazer. Consequentemente, os senhores cujos meios são suficientes empregam um fiscal nessa função, enquanto se dedicam a ofícios de Estados ou à Filosofia (ARISTÓTELES, 1999, p.154)¹⁵.

Compreendemos, pois, que o homem se torna feliz quando é capaz de aperfeiçoar os seus conhecimentos, tornando-se diferente das demais coisas. Tal aperfeiçoamento só é possível com a participação do homem na cidade, lugar onde ele está inserido por natureza.

¹⁴ Aristóteles em Política, I, 12, 8 – 12.

¹⁵ Aristóteles em Política, I, 26, 1 – 9.

3 O GOVERNO

No capítulo anterior, apresentamos os aspectos históricos, sociais e políticos da vida de Aristóteles. Também chamamos a atenção para a ideia de política e o homem como parte integrante da cidade, e esta como parte integrante do homem. Já neste capítulo, apresentaremos como se dá a formação das cidades, estas como sendo as primeiras comunidades, e, por último, examinaremos a teoria das formas de governo apresentadas pelo filósofo.

3.1 A FORMAÇÃO DAS CIDADES

É fundamental entendermos que a formação das cidades tem início no lar, com a relação entre marido e mulher, do poder desse sobre os filhos e também sobre os escravos; seguido da vila que é uma evolução natural do lar e, em seguida, a formação das cidades. Desse modo, o fim natural dessa evolução e onde o homem sacia as suas necessidades é na vida em comunidade.

Assim, ao modo embrionário, um conjunto de três relações: homem e mulher, uma relação conjugal constituindo a casa; relação parental entre pais e filhos; e a relação senhores e escravos, formam a composição do lar.

Compreendemos, então, que a relação do casal no lar torna-se um fim para a natureza. Portanto, o homem e a mulher respondem à uma necessidade biológica, visando a procriação. Assim, sem esta união não há procriação e sem a procriação não existe a humanidade. Podemos, daí, afirmar que uma necessidade natural na qual todo o animal tem e ambos precisam um do outro para sua existência e procriação de sua espécie. É uma universalidade do macho e da fêmea para satisfazer as carências próprias da existência do ser humano.

Mas é propriamente no lar que o poder político se estabelece. É um poder que varia de sentido de homem para homem. Se trata do poder permanentemente do homem. Esse é quem governa, pois está apto para dá ordens, e cabe à mulher apenas obedecer ao seu companheiro. A mulher não podia participar da política e não estava autorizada a tomar decisões importantes. Percebemos, nesse caso, que existia a compreensão de que a evolução da cidade se dava exclusivamente pelos homens.

Todavia, além da relação entre homem e mulher, existe no lar a relação entre pais e filhos, e a relação de senhor e escravos, ou seja, a relação de quem comanda

e de quem é comandado. Isso significa que o poder soberano é exercido por um sobre todo o lar. O comando não só da casa, mas também das vidas dos outros indivíduos da família está nas mãos do homem, do dono do lar. Os membros da família, incluindo os escravos estão sob a proteção e o castigo desse senhor.

Desse modo, o poder estabelecido entre pai e filhos é régio. Trata-se de um poder sobre desiguais. A desigualdade aqui está baseada e refere-se na diferença de idade, quando cabe ao filho obedecer ao seu pai, pois o pai, sendo mais velho, tem mais experiência e o filho inexperiente por ser novo.

Assim, o poder despótico sobre os seres não livres é o poder dos senhores sobre os escravos que obedece e realiza os trabalhos manuais. Na Grécia Antiga, a escravatura se dava por guerras ou por dívidas. Aqueles que perdiam as guerras eram escravizados e quem não conseguiam pagar as suas dívidas tornavam-se escravos e trabalhavam até que elas fossem quitadas. Entendia-se que, como o escravo já esteve na mesma posição de senhor, deveria então existir um respeito. O respeito aqui não se trata de igualdade, o escravo deveria obedecer ao seu senhor. "O escravo é como que um instrumento que precede e condiciona os outros instrumentos, servindo para a produção de objetos e bens de uso, além dos serviços" (REALE, 2007, p. 222).

Formada por várias famílias, a vila é uma evolução natural do lar, sendo ela menor que a cidade. Além da reprodução da espécie e nutrição do indivíduo, na vila se dá a administração da justiça¹⁶, quando alguém fere os seus princípios e ainda as cerimônias religiosas de culto aos deuses. Essas vilas constituem-se de vilarejos e a unidades destes formam a cidade.

A cidade é o fim da evolução natural das comunidades. Ela é soberana e visa o bem soberano. O homem preenche suas necessidades de viver em comum por suas carências e chega a um fim onde ele não quer apenas satisfazer os seus desejos naturais de procriação, alimentação e vida religiosa. Ele busca uma organização maior e essa organização é a política que tem a cidade como promotora desta.

¹⁶ No primeiro significado, a J. é a conformidade de um comportamento (ou de uma pessoa em seu comportamento) a uma norma; no âmbito deste significado, a polêmica filosófica, jurídica e a política versa apenas sobre a natureza da norma que é tomada em exame. Esta pode ser de fato a norma natural, a norma divina ou a norma positiva. Aristóteles diz: "Uma vez que o transgressor da lei é injusto, enquanto é justo quem se conforma à lei, é evidente que tudo aquilo que se conforma a lei é de alguma forma justo: cie fato, as coisas estabelecidas pelo poder legislativo conformam-se à lei e dizemos que cada uma delas é justa" (/:. nic, V, f, 1129 b 11). Neste sentido, segundo Aristóteles, a J. é a virtude integral e perfeita: integral porque compreende todas as outras, perfeita porque quem a possui pode utilizá-la não só em relação a si mesmo, mas também em relação aos outros (Ibicl., 1129 b 30) (ABBAGNANO, 2007, p. 594).

A cidade é autônoma e tem o seu governo, seja ele por um ou por muitos. Ela é uma comunidade perfeita que garante a felicidade plena dos homens, pois está em constante aperfeiçoamento do intelecto, na construção das virtudes e na satisfação do espírito.

Desse modo, o significado de cidadão vai variar de acordo com a constituição, aquele que é em uma oligarquia não será em uma democracia. Cidadão é aquele que o pai e a mãe também são cidadãos, em alguns casos é necessário que os antepassados de até duas, três ou mais gerações também sejam cidadãos. Vejamos como Aguiar (2018, p. 181) define o cidadão:

Cidadão não é simplesmente quem tem direitos, como nos Estados modernos, mas, sim, quem participa efetivamente e ativamente das decisões da cidade. Ter poder é o critério que define o que é o cidadão. Lembremos que poder em Aristóteles é, antes de mais nada, uma δύναμις, a potência de agir, participar, deliberar, iniciar. Um habitante que não atua e não cuida da sua cidade não é um cidadão.

Na cidade deve haver uma igualdade¹⁷ qualificada, como uma cidade de homens livres e iguais que se revezam no poder. Desse modo, todos os cidadãos podem governar exercendo funções públicas e ocupando diferentes cargos no governo. Leiamos o que afirma Reale (2007, p. 222) a esse respeito:

Aristóteles não considera “cidadãos” todos aqueles que vivem em uma Cidade e sem os quais a Cidade não poderia existir. Para ser cidadão é preciso participar da administração da coisa pública, ou seja, fazer parte das assembleias que legislam e governam a Cidade e administra a justiça.

Desse modo, para Aristóteles, os trabalhadores não poderiam ser considerados cidadãos por não terem tempo livre suficiente para participarem das funções públicas. Sendo assim, os cidadãos são em quantidade reduzida e os demais acabam servindo para satisfazer as necessidades dos poucos.

Quanto aos bens, esses são elementos próprios da família e o enriquecimento é função do chefe desta. Nas primeiras comunidades, era comum partilhar entre os membros da mesma casa. Tanto na vila como também na cidade, essas partilhas

¹⁷ “Relação entre dois termos, em que um pode substituir o outro. Geralmente, dois termos são considerados iguais quando podem ser substituídos um pelo outro no mesmo contexto, sem que mude o valor do contexto. Esse significado foi estabelecido por Leibniz, mas Aristóteles limitava o significado dessa palavra ao âmbito da categoria de quantidade, e que dizia eram iguais as coisas “que têm em comum a quantidade” (Met., IV, 15, 1021 a 11)” (ABBAGNANO, 2007, p. 534).

aconteciam por meio de trocas. As trocas se davam com base nas necessidades de cada família. Vale ressaltar que essas trocas não serviam para acúmulo de riquezas, mas fundamentalmente para preencher as necessidades dos homens. Então, para o filósofo Aristóteles (1999, p. 158)¹⁸:

Era essencial que a troca devesse prosseguir até satisfazer as necessidades das partes [...] A necessidade mútua de bens variados foi a base essencial dessas trocas, e é assim que muitos estrangeiros ainda permutam. Pois a permuta é a troca de uma classe de bens por outra, considerada útil; dá-se o vinho e pega-se o milho e assim por diante.

A partir disto, originou-se o comércio e surgiu a necessidade de usar o dinheiro. Com a criação deste, o comércio começou a obter lucros e a ideia de que a arte do enriquecer estava vinculada diretamente ao dinheiro. O enriquecimento pertence ao lar, e a riqueza pertence ao comércio mediante a troca de produtos.

Uma vez que a moeda foi criada, o desenvolvimento tornou-se mais rápido; o que antes iniciava com uma simples troca de bens para satisfazer as necessidades, agora passa a ser do comércio, um meio de enriquecimento. Logo no início, era apenas um simples negócio que cresceu na medida que os homens adquiriram experiências e começaram a descobrir como conseguir lucros maiores a partir do comércio. Portanto, afirmamos que inicialmente o enriquecimento começou com o surgimento de moedas, e todos aqueles que estavam diretamente ligados a esse meio precisavam de “bons olhos” para as fontes do dinheiro, de onde emana toda a riqueza. Assim, para o pensador, “na verdade, a riqueza é frequentemente vista como uma pilha de dinheiro, pois o objetivo da acumulação e do comércio é montar essa pilha” (ARISTÓTELES, 1999, p.159)¹⁹.

Uma vez que o homem se volta exclusivamente para juntar riquezas, moedas, essas coisas perdem o seu valor natural e deixam de ser usadas para obter coisas que supram somente às suas necessidades. Isso é um fato notório, ou seja, todas as vezes que o homem adquire a posse de muitas riquezas lhe falta o essencial para viver, visto que ele gasta todo o seu tempo para acumular e esquece que, para viver bem, ele precisará só do que lhe é mais essencial, como, por exemplo, o alimento e o remédio.

¹⁸ Aristóteles em *Política*, I, 36, 1 – 2; 8 – 12.

¹⁹ Aristóteles em *Política*, I, 38, 9 – 11.

Ressaltamos que o objetivo primeiro da moeda era facilitar a troca. Por outro lado, surgiram os juros, tornando-se uma forma contrária à natureza de se obter o dinheiro. A arte de enriquecer trouxe para o homem o que o pensador chama enriquecimento comercial, visto que essa nasce das experiências de trocas, essa é contra a natureza do homem. Dado que esse conheça o que lhe é mais vantajoso. Por essa razão, acaba por cobiçar por mais riqueza para acumular. Assim, para o autor, os homens inclinados para a arte do enriquecimento acabam por não viver uma vida feliz e plena. Ainda considerando as palavras do pensador, é relevante entender que:

O enriquecimento, então, como dissemos, dá-se de duas maneiras; uma necessária e aceitável, a qual podemos chamar administrativa; a outra, comercial, que depende da troca, é com justiça exagerada e desaprovação, pois nasce não da natureza mas dos negócios que os homens mantêm uns com os outros (ARISTÓTELES, 1999, p.161 - 162)²⁰.

Concluimos este tópico apresentando o conjunto das três relações que diz respeito à administração do lar, que evolui para a comunidade e tem seu ciclo finalizado, uma vez que se dá a formação das cidades. A partir das ideias do filósofo, compreendemos o papel do cidadão, o acúmulo de bens e o surgimento do comércio. Desse modo, o surgimento da moeda teve origem nas trocas feitas para satisfazer as necessidades daquele povo.

3.2 A TEORIA DAS FORMAS DE GOVERNO

São diferentes as formas que regem o governo. Essas ordens devem determinar o funcionamento das cidades. O filósofo começa por fazer uma separação do que seriam os regimes políticos. Para Aristóteles, existem três formas de se exercer o poder político. Para o autor, a monarquia é exercida quando um só tem o poder; a oligarquia, quando o poder é de um pequeno grupo de pessoas e a democracia, quando todos têm o poder. Destacamos aqui que é indispensável que os cidadãos percebam qual é a finalidade de cada governo, como administra e para quem governam. Contudo, para ele, o governo deve estar voltado para o bem comum e, também, para o cumprimento da justiça. Daí, quando há um distanciamento da justiça,

²⁰ Aristóteles em Política, I, 46, 1 – 6.

esse governo passa a ser considerado degenerado. A justiça só é realizada plenamente quando essa é pensada e decidida por todos os cidadãos.

A monarquia é a melhor das formas de governo. Formada por um só homem, contudo, o homem não é rei se não supera a si para satisfazer os seus com coisas boas. Desse modo, não olha para os seus interesses, mas para os interesses de todos. O rei que não segue essa linha tem por realeza apenas o título. A degeneração da monarquia é a tirania, ou seja, a forma corrompida do governo de um só homem, ou melhor, quando o mau rei se torna tirano. A tirania se assemelha à monarquia por ter um só homem no poder, por outro lado, diferencia-se por não buscar o bem de todos, mas visar seus próprios interesses. Evidentemente, a tirania é a pior forma de desvio, pois ao contrário do que é bom, essa forma de governo se transforma no que é pior para os homens.

Quando um governo é exercido pela minoria, isto é, por um pequeno grupo que governa a serviço do bem comum, visando a coletividade, a este chamamos aristocracia. A oligarquia é a degeneração da aristocracia. Essa aparece quando os governantes por ganância tomam para si e para os seus as riquezas da cidade, ou seja, se apropria daquilo que deveria ser usufruído pela coletividade, assim como dos cargos públicos que são distribuídos sem equidade²¹, visando, sobretudo, as riquezas. Podemos aqui fazer uma associação para facilitar a compreensão: no lar, a relação entre o marido e a mulher assemelha-se à aristocracia, pois o homem governa a seu valor e à mulher cabe aquilo que lhe é função própria. Mesmo estando em “patamares” diferentes, cada um tem uma função conforme suas competências. Em sua obra *Ética a Nicômaco*, o pensador afirma:

A amizade entre marido e mulher, por outro lado, é a mesma que se observa na aristocracia, já que está de acordo com a virtude: o melhor recebe maior quinhão de bens e cada um recebe o que lhe compete; e o mesmo se pode dizer da justiça nessas relações. (ARISTÓTELES, 1991, p188).

²¹ “Apelo à justiça voltado à correção da lei em que a justiça se exprime. Esse é o conceito clássico de E., esclarecido por Aristóteles e reconhecido pelos juristas romanos. Diz Aristóteles: "A própria natureza da E. é a retificação da lei no que está se revele insuficiente pelo seu caráter universal" {Et. nic, V, 14,1137 b 26). A lei tem necessariamente caráter geral; por isso às vezes sua aplicação é imperfeita ou difícil, em certos casos. Nesses casos, a E. intervém para julgar, não com base na lei, mas com base na justiça que a própria lei deve realizar. Portanto, nota Aristóteles, o justo e o equitativo são a mesma coisa; o equitativo é superior, não ao justo em si, mas ao justo formulado em uma lei que, em virtude da sua universalidade, está sujeita ao erro. Fundamentando-se em conceito análogo, Kant considerava, porém, que a E. não se presta a uma autêntica reivindicação jurídica e que, portanto, não cabe aos tribunais, mas ao tribunal da consciência” (ABBAGNANO, 2007, p. 339, 340).

Politéia ou República é quando, no governo, o poder é exercido por muitos visando o interesse público. A forma degenerada da *Politéia* é a democracia, um governo de pobres que visa os interesses particulares da sua classe, onde, por muitas vezes, um grande número de populares assume posições ilegais e violentas. Na democracia, o poder popular encontra fundamento na justiça democrática, ou seja, todos devem ser iguais; contudo, tal igualdade implica em que os pobres não possam participar do governo dos ricos, e que a supremacia não venha a ser exercida somente por estes, mas que todos tenham direitos e possam governar com igualdade. A liberdade é um princípio fundamental no governo democrático. Ela é tida como o objetivo da democracia. Nesta forma de governo, o povo deve ser soberano e suas decisões devem ser tomadas pela maioria, de modo que possa constituir a justiça, e todos os cidadãos tenham uma participação igualitária. Assim, podemos pensar que:

Um governo que, desleixando o bem comum, visa a favorecer de *maneira indébita* os interesses dos mais pobres e, portanto, entende “democracia” no sentido de “demagogia”. Ele precisa que o erro em que recai essa forma de governo demagógico consiste em considerar que, como todos são iguais na liberdade, todos também podem e devem ser iguais também em todo o resto (ARISTÓTELES apud REALE, 2007, p. 222).

Portanto, o pensador entende que as duas primeiras formas de governo são as melhores. Mas leva em consideração a maneira de ser dos homens. Logo, examina que a melhor forma de governo é a *politéia*, pois esta é a forma que valoriza o ponto médio. Por outro lado, esta é uma forma de governo que é um caminho que se faz entre a oligarquia e a democracia. Desse modo, “uma democracia temperada pela oligarquia, assumindo-lhe os méritos e evitando-lhe os defeitos” (REALE, 2007).

Seria importante fazermos a seguinte pergunta: Qual diferença podemos estabelecer entre a oligarquia e a democracia? Vejamos que o governo oligárquico é formado por um pequeno grupo. Esse grupo detém a maior parte do poder e das riquezas. A democracia sendo um governo de muitos, ou seja, o governo formado pela classe pobre e soberana. Assim, para o filósofo: “O que distingue a oligarquia da democracia é a riqueza ou a falta dela” (ARISTÓTELES, 1999, p. 225)²².

²² Aristóteles em *Política*, III, 36, 6 – 7.

Ressaltamos que a função do Estado não se destina apenas promover para a comunidade de um determinado lugar a realização e a troca de bens para satisfazer suas necessidades. O Estado tem por obrigação assegurar a todos uma vida boa. Em uma cidade é comum encontrar, sobretudo, as reuniões para cultuar os deuses. Esse e outros tipos de encontros e relações servem e contribuem para uma vida digna. Portanto, a organização política a qual é denominada de Estado não tem como objetivo único a vida comunitária, mas, sobretudo, os atos considerados nobres. Todo aquele que pratica tais atos está colaborando para a qualidade da organização política da cidade. Aristóteles chama atenção para aqueles que contribuem mais para isso, pois têm direitos iguais ou superiores pelo fato de contribuírem mais para que a coletividade tenha uma vida cada vez melhor.

Enfatizamos, ainda, o surgimento de algumas dificuldades perante a distribuição dos poderes constitucionais. São elas: a obrigação da prestação de contas. Assim como na educação, um professor presta contas de suas atribuições, também o magistrado prestará contas dos seus serviços, independentemente deste está a muito tempo ou não nesse cargo. As eleições estão em segundo plano, isso não a torna menos importante, fazer as escolhas corretas é atribuição de quem tem conhecimento de causa.

Portanto, para o pensador, o Estado ideal tem por fim a moral²³, ou seja, deve almejar os bens da alma que é agregá-la à virtude²⁴, É essa que faz o aprimoramento de todo o conhecimento. Aristóteles anuncia que: “No Estado, a virtude objetivada é a justiça; e isso significa justiça para toda a comunidade. Está muito claro que a justiça, numa comunidade, significa igualdade para todos” (ARISTÓTELES, 1999, p. 234)²⁵.

Por fim, o filósofo compreende que o Estado ideal deve ter, digamos, certa medida. Não deve ser pequeno, e também não deve ser bastante populoso. Devendo ter uma extensão territorial consideravelmente grande o suficiente para satisfazer as necessidades dos cidadãos. Assim: “Sendo os cidadãos guerreiros quando jovens, depois conselheiros e, quando velhos, sacerdotes” (REALE, 2007, p. 223). Logo, todos deveriam desfrutar da justa medida, pois somente por meio de uma vida

²³ Este adjetivo tem, em primeiro lugar, os dois significados correspondentes aos do substantivo moral: 1º atinente à doutrina ética, 2º atinente à conduta e, portanto, suscetível de avaliação M, especialmente de avaliação M. positiva. Assim, não só se fala de atitude M. para indicar uma atitude moralmente valorável, mas também coisas positivamente valoráveis, ou seja, boas (ABBAGNANO, 2007, p. 682).

²⁴ Segundo Aristóteles, a V. é o hábito que torna o homem bom e lhe permite cumprir bem a sua tarefa; é um hábito racional e, como todos os hábitos, uniforme ou constante (ABBAGNANO, 2007, p. 1003).

²⁵ Aristóteles em Política, III, 55, 3 – 6.

equilibrada, justa e boa, promovida por um Estado com esses mesmos fins, poderão oferecer possibilidades em que cada homem é capaz de passar pela vida sabendo que poderá empreender diferentes funções em sua existência e da construção de uma cidade.

Para concluir, é necessário pensarmos que cada cidadão para se tornar virtuoso depende de uma educação de qualidade, e por qualidade entendemos uma formação integral do homem, dando-lhe oportunidade para desempenhar suas aptidões, já que o bem-estar da cidade depende exclusivamente da felicidade de cidadãos educados, conscientes e responsáveis, não só pela sua felicidade, mas também de todos os outros homens.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqueles que deste texto tomarem conhecimento e dedicarem um tempo para a leitura, apresentamos uma breve introdução acerca da política a partir da filosofia de Aristóteles, e esta como sendo a garantia da felicidade para o homem na pólis. Assim, desde a antiguidade até os dias atuais, a política é um assunto que vem gerando inúmeras polêmicas.

Tratar da política é, antes de tudo, conhecer e compreender os aspectos sociais e históricos de nossos antepassados, e de que forma estes contribuíram para a visão que temos hoje disso na cidade e no país em que vivemos. Desse modo, fomos às fontes do pensamento aristotélico e investigamos em seus escritos o que podemos extrair sobre o que pensa o filósofo a esse respeito. Tivemos contato e a ajuda de comentadores. Observamos claramente que a política está inserida em nossa vida cotidiana, indo desde o seio familiar até as nossas comunidades, cidades, estados e países. Desse modo, afirmamos que a política é imprescindível ao homem. Na família, ela tem sua importância para organização das atividades e distribuições das funções no lar, na comunidade garante desde a justiça ao comércio, até mesmo nos cultos religiosos. Na cidade, tem por fim garantir a felicidade coletiva por meio da justiça e da prática do bem de modo igualitário.

Então, a pergunta: Qual é a tarefa da política para assegurar a felicidade da pólis? Afirmamos que a felicidade não está ligada diretamente à política em si, mas no homem, quando esse desempenha o seu papel, de forma responsável, dentro da cidade. A política tem como fim a felicidade e está em constante busca pela melhor forma para que isso torne-se realidade. O filósofo nos apresenta as formas de governo e nelas como os homens governam. Por fim, asseguramos que o modo de fazer política e governar deve estar voltado para os interesses do povo como um todo, como forma de garantir o bem a todos. Isso torna-se possível quando o homem governa com justiça. A escolha política deve se dá pelo modo de governar, se o governo é feito para todos, esse é bom, uma vez que o governo busca satisfazer os seus, este deve ser evitado, pois não governa com justiça e tem a mente inclinada para o mal.

É bem verdade que esta pesquisa não se encerra aqui, pois há muito o que analisar na esfera política, sobretudo nas formas de governo (boas e degeneradas) apresentadas pelo filósofo. O estudo deve ser constante a fim de encontrar o modo correto de fazer uma política a favor de todos.

Concluimos afirmando que, após os estudos aristotélicos sobre a política, criou-se em nós a compreensão de que o homem deve voltar o seu olhar para as necessidades de todos e fazer da política um instrumento para garantir o bem e a felicidade de seu povo.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Nova Cultural, Coleção os Pensadores, 1999.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Vol II. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

AGUIAR, Odilio Alves. **Teoria do poder como teoria da cidadania: uma leitura da política de Aristóteles inspirada em Hannah Arendt**. Natal: Princípios, 2018.

REALE, Giovanni. ARTISERI, Dario. **História da Filosofia**. 1. Vol. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2007.